



P R E F E I T U R A  
**JUAZEIRO**  
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

**AMA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL  
DE ABASTECIMENTO

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

**AMA- Autarquia Municipal de Abastecimento**  
**Rosilene Castro Nascimento**  
**Superintendente Financeira e Administrativa**

**Aos cuidados do Senhor Celso Cândido Almeida Leal**  
**Diretor Presidente da AMA- Autarquia Municipal de Abastecimento**

### INTRODUÇÃO

O *estudo técnico preliminar* é um documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, portanto, tem como objetivo caracterizar detalhadamente a necessidade de estabelecimento do contrato, através de estudos técnicos iniciais e identificação da melhor solução verificada no mercado, em observância às normas e aos princípios que regem a administração pública.

Desse modo, esse documento apresenta estudos técnicos preliminares relacionados com a necessidade de execução, conservação e manutenção de vias internas, as quais apresentam pavimentação asfáltica, visando assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para o compor o Termo de Referência.

### OBJETO

Necessidade de contratação de empresa de engenharia para execução de reparos em segmentos de pavimentação e aplicação de concreto asfáltico, em diversas às ruas internas do CEASA de Juazeiro-BA.

#### (a) Localização da Obra/Serviço

Os serviços serão executados conforme demanda apresentada pela **AMA- Autarquia Municipal de Abastecimento** no Município de Juazeiro-BA.





## **(b) Natureza e finalidade da obra ou serviço de engenharia**

Trata-se de serviço de engenharia que consiste na realização de reparos em segmentos de pavimentação e aplicação de concreto asfáltico, como definido acima na seção objeto, cuja atividade, após estabelecimento da intervenção, possibilitará a melhoria na condição da malha viária do município. Dessa maneira, apresenta como finalidade a garantia de maior conforto e segurança para o tráfego dos cidadãos e condutores nas ruas internas do CEASA de Juazeiro-BA.

### **I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Com uma população de 616.272 habitantes (IBGE, 2022), crescimento demográfico contínuo, com destaque à algumas áreas de expansão e alto fluxo de tráfego diário, o município aponta a necessidade de execução, conservação e manutenção de vias, a fim de evitar congestionamentos e possíveis acidentes com riscos de danos materiais e humanos.

Os reparos são justificáveis, devido à presença de alguns buracos nas vias de tráfego, assim como também será necessário a realização de recapeamento em alguns trechos.

O objeto em questão oferece ao município condições de trabalhar com os serviços de conservação, aplicação asfáltica, reparos asfálticos, ademais, as operações de reparos com caráter emergencial poderão ser atendidas no menor lapso temporal possível.

Desta forma, a aquisição que se pleiteia, é de extremo interesse público, pois a execução, manutenção e conservação de arruamentos da cidade, consistentes de pavimento asfáltico, devido ao estado atual de conservação, propicia melhores condições de vida para a população local.





## **II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A presente necessidade ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual, em virtude de o PCA/2024 ainda não ter sido concluído em tempo hábil em razão da implantação da Nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos.

De início, cumpre destacar que se trata de um artefato de caráter “preferencial” e não “obrigatório”, conforme o art. 12, inciso VII da Lei nº 14.133/2021. A ausência do Plano de Contratação Anual no Município se deve a uma série de fatores que limitaram a sua implementação até o momento. Embora a legislação estabeleça a forma “preferencial” e não a sua obrigatoriedade, é necessário considerar as circunstâncias específicas que podem justificar a sua ausência temporária.

Um dos principais fatores que contribuíram para a não realização do plano de contratações anual foi devido o Município estar em processo de implementação da nova Lei no corrente ano, o que dificultou a elaboração do referido plano.

É válido ressaltar que a elaboração do artefato do PCA demanda tempo e esforço, pois é necessário um levantamento minucioso das necessidades do Município, fazendo jus ao Princípio do Planejamento, elencado no rol do artigo 5º da Lei nº 14.133/21.

Isto posto, considerando que as medidas já foram tomadas para posterior elaboração do PCA, bem como considerando a relevância da presente necessidade, destacamos que o Município está tomando medidas para sua elaboração, demonstrando assim o compromisso da Administração Municipal em cumprir com as exigências legais e implementar boas práticas de gestão.

## **III - LEVANTAMENTO DE MERCADO, JUSTIFICATIVA TÉCNICA E TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).





P R E F E I T U R A  
**JUAZEIRO**  
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

**AMA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL  
DE ABASTECIMENTO

A obra contemplada neste projeto será executada em diversos logradouros por todo o município de Juazeiro e abrangerá a manutenção, conservação e recuperação da pavimentação asfáltica, além de prever o recapeamento asfáltico de vias. Desse modo, com estes serviços executados, serão oferecidas aos munícipes melhoria na qualidade de vida, acessibilidade, condições de higiene e segurança.

Em conformidade com a Lei 14.133/2021, a Administração Pública do Município de Juazeiro realizou um levantamento de mercado visando embasar a contratação dos serviços apresentados acima.

Considerando as características específicas do objeto a ser contratado, que envolve trabalhos de engenharia civil, bem como a necessidade de expertise técnica para sua execução, identificou-se que a melhor solução para atender a essa demanda é a contratação indireta de uma empresa especializada.

Com efeito, levando em conta o histórico do município em procedimentos de contratação, verificou-se que a modalidade de concorrência pelo critério de escolha menor preço tem sido eficaz e vantajosa para a Administração Pública. Além disso, a escolha desta modalidade se justifica pela natureza objetiva do objeto a ser contratado, onde os critérios técnicos podem ser claramente definidos e avaliados.

O município possui expertise na utilização da modalidade de concorrência pelo critério de escolha menor preço, tendo conduzido processos similares com sucesso anteriormente. Isso demonstra a capacidade da Administração Pública em realizar uma seleção transparente e eficiente, garantindo a qualidade na execução das obras, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a otimização dos recursos públicos.

Diante do exposto, o levantamento de mercado realizado justifica a opção pela contratação indireta de empresa especializada, através da modalidade concorrência pelo critério de escolha menor preço, como a melhor solução para atender às necessidades da Administração Pública e da comunidade local. Esta solução, apresenta melhor eficiência administrativa, maior agilidade no atendimento das solicitações, menor risco técnico e maior







P R E F E I T U R A  
**JUAZEIRO**  
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

**AMA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL  
DE ABASTECIMENTO

sinergia de execução das atividades contratadas, considerando que uma única empresa será responsável por todo o processo. Além do que é uma solução já experienciada pelo Município e que traz muita eficiência na execução.

A contratação terá por fundamento legal o regramento disposto no art.2º, inciso VI e art. 6º, inciso XXXVIII da Lei n.º 14.133/2021, visto que se enquadra como “obras e serviços de arquitetura e engenharia”, ao passo que a licitação do objeto se dará por meio da modalidade de Concorrência Pública.

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento, assim como no termo de referência.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Para a presente contratação será elaborado o Termo de Referência com os elementos necessários e suficientes, com nível de informações adequado para definir e dimensionar o objeto. O objetivo é assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

#### **(i) Da modalidade de licitação “CONCORRÊNCIA PRESENCIAL”**

A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.





Cabe caracterizar que a nova lei de licitações em seu art.29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

A escolha da modalidade Concorrência pode ser justificada por diversos motivos, alinhados aos princípios da eficiência, transparência, igualdade, publicidade e competitividade que regem as contratações públicas.

Os principais elementos que justificam a escolha podem ser resumidos da seguinte maneira:

- I. Ampla participação de concorrentes: a concorrência proporciona a oportunidade para que um número significativo de empresas interessadas participe do processo licitatório, garantindo uma competição saudável e maximizando as opções disponíveis para a Administração Pública.
- II. Estímulo à eficiência: ao permitir que diversas empresas concorram entre si, a concorrência incentiva a busca pela eficiência na prestação de serviços e na oferta de produtos, levando a uma melhoria na qualidade e na produtividade dos contratados.
- III. Transparência e isonomia: a concorrência é um procedimento licitatório que se caracteriza pela publicidade e pela igualdade de condições entre os participantes. Isso garante a transparência do processo e assegura que todos os concorrentes sejam tratados de forma justa e equitativa.
- IV. Melhoria dos resultados: a competição entre os licitantes tende a gerar propostas mais inovadoras, criativas e economicamente vantajosas para a Administração Pública, contribuindo para a melhoria dos resultados das contratações e para a satisfação dos interesses públicos.
- V. Redução de custos: a concorrência possibilita a obtenção de preços mais competitivos e a negociação de condições mais favoráveis para a contratação





P R E F E I T U R A  
**JUAZEIRO**  
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

**AMA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL  
DE ABASTECIMENTO

de bens e serviços, o que pode resultar em economia de recursos públicos e na maximização do valor obtido com os investimentos realizados.

No que se refere à escolha da execução de licitação presencial pode ser justificada por condições e princípios específicos, sendo um deles a análise de contexto e especificidades do objeto. O serviço de pavimentação asfáltica, é considerado um serviço com algumas particularidades, devido a todas as características dos materiais usados para sua mistura, bem como sua aplicação, sendo a modalidade presencial de licitação a escolha mais adequada para o processo de contratação de serviços de recapeamento asfáltico.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, através da norma DNIT 031/2006 – ES, define a sistemática a ser empregada na execução e camada do pavimento flexível de estradas de rodagem, pela confecção de mistura asfáltica a quente em usina apropriada utilizando ligante asfáltico, agregados e material de enchimento (filer). A norma determina as características dos equipamentos utilizados para uma satisfatória produção, transporte, aplicação e execução dos serviços. A usina deve estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210°C (precisão  $\pm 1$  °C). A mistura do Asfalto CBUQ é transportada para o local da obra. Essa mistura é mantida a uma temperatura elevada para garantir sua maleabilidade durante a aplicação. É importante notar que o transporte e aplicação devem ser ágeis para que o asfalto seja aplicado enquanto está quente e maleável.

Percebe-se a complexidade da execução, tornando o transporte do CBUQ parte importante do processo, sendo necessário acatar a distância média entre a usina e o local da aplicação, regra já adotada em outras obras similares do Município. Isto posto, identificou-se que Juazeiro e região, possuem usinas de asfalto em seu entorno, não influenciando na competitividade e impessoalidade do certame.





**(ii) Da complexidade técnica**

O objeto desta Concorrência, contratação de empresa de engenharia para execução de reparos em segmentos de pavimentação e aplicação de concreto asfáltico em diversas ruas internas do CEASA, tem a natureza de obras de engenharia e se enquadra como serviço comum de engenharia conforme alínea “a” do inciso XXI, do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

Levando-se em conta os aspectos construtivos, tem-se que:

- I. Os serviços a serem executados apresentam baixo grau de complexidade técnica;
- II. São executados corriqueiramente pela administração;
- III. Os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para a sua feitura são frequentemente empregados;
- IV. Os padrões de desempenho e qualidade são aferidos através de especificações técnicas usuais (entre estas, destaca-se as elaboradas pelo DNIT);
- V. Existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório.

**(iii) Do critério de julgamento “MENOR PREÇO”**

Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, o julgamento da Concorrência, enquanto modalidade de licitação para contratação de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;







P R E F E I T U R A  
**JUAZEIRO**  
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

**AMA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL  
DE ABASTECIMENTO

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de **menor preço**.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor valor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

#### **(iv) Do Regime “EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”**

A escolha pelo regime de execução por empreitada por preço unitário é orientada pelo Acórdão 1.977/2013 – TCU e se justifica por se tratar, de acordo com o referido documento, de uma obra de “Implantação, pavimentação, duplicação e restauração de rodovias”, cuja execução por este regime permite um melhor controle por parte da fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidade de medida, cujo o valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Dessa forma, esta escolha se torna necessária para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário público.

No que se refere ao critério de seleção de licitante, será adotado o regime de empreitada por preço unitário, conforme previsto no art. 46, inciso I, da Lei 14.133/21 e seguindo a orientação consubstanciada no Acórdão 1.977/2013, no qual a Corte de Contas entendeu:

Segundo a Lei de Licitações e Contratos, a empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas. É utilizada sempre que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão [...] A remuneração da CONTRATADA, nesse regime, é feita em função das





unidades de serviço efetivamente executadas, com os preços previamente definidos na planilha orçamentária da obra. Assim, o acompanhamento do empreendimento torna-se mais difícil e detalhado, já que se faz necessária a fiscalização sistemática dos serviços executados. Nesse caso, o contratado se obriga a executar cada unidade de serviço previamente definido por um determinado preço acordado. O construtor contrata apenas o preço unitário de cada serviço, recebendo pelas quantidades efetivamente executadas[...] A precisão da medição dos quantitativos é muito mais crítica no regime de empreitada por preço unitário do que em contratos a preços globais, visto que as quantidades medidas no campo devem ser exatas, pois corresponderão, de fato, às quantidades a serem pagas. Portanto, as equipes de medição do proprietário devem ser mais cuidadosas e precisas em seus trabalhos, porque as quantidades medidas definirão o valor real do projeto.

Trata-se de contrato de empreitada, no qual a CONTRATADA se obriga a realizar a obra definida no Termo de Referência e seus anexos, pessoalmente ou por intermédio de terceiros, mediante remuneração. O gerenciamento dos trabalhos cabe ao próprio empreiteiro, sem vínculo de subordinação com a CONTRATANTE.

Nos instrumentos que compõe esta contratação constaram, a previsão de obrigação de resultado, no qual a CONTRATADA se comprometerá a entregar a obra nos moldes estabelecidos pela CONTRATANTE, devendo fornecer os materiais, equipamentos e demais itens que se fizerem necessários a execução, assim como assumir a responsabilidade pelos riscos até o momento da entrega da obra.

#### **(v) Do fracionamento do lote**

Para o presente caso, a contratação para a execução da obra de engenharia será licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto, com a execução por uma única





empresa considerando a completude do projeto e a sua menor complexidade. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização dos serviços, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

**(vi) Da participação de ME e EPP**

A participação de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) terá por fundamento legal o regramento disposto na Lei Complementar Nº 123 do ano de 2006, alterada pela Lei 147/2014, a qual institui o Estatuto Nacional das ME e EPP. Dessa maneira, a partir dos requisitos apresentados nas leis citadas, as ME e EPP estão aptas para participar.

**(vii) Da participação de consórcios**

A formação de consórcio é escolha discricionária da administração pública, que deverá fazê-lo segundo seus critérios de conveniência e oportunidade, afastando decisões arbitrárias ou imotivadas.

No caso da presente licitação, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que os serviços Técnicos Profissionais Especializados para execução de REPAROS EM SEGMENTOS DE PAVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, EM DIVERSAS RUAS INTERNAS DO CEASA DE JUAZEIRO-BA, são de média complexidade, e as empresas individualmente apresentam qualificação técnica e econômico-financeira em condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões





P R E F E I T U R A  
**JUAZEIRO**  
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

**AMA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL  
DE ABASTECIMENTO

de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15 da Lei no 14.133/21, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

#### **(viii) Da participação de empresas estrangeiras**

A participação de Empresas Estrangeiras será devidamente amparada na legislação pátria, e fundamenta-se na possibilidade de distender a oferta para a Administração Pública com aumento da quantidade de licitantes. Por consequência, possibilitará a formalização de contratos mais vantajosos, com melhores preços e melhores técnicas, trazendo à Contratante economia e obras de maior qualidade.

#### **(ix) Da subcontratação**

Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 20% do contrato, com a devida anuência do contratante. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

### **IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).







**(i) Requisitos técnicos da contratação**

- a) Definição, pela CONTRATANTE, do local de execução dos serviços, a saber: endereço, conforme demanda apresentada pela AMA- Autarquia Municipal de Abastecimento, no Município de Juazeiro-BA;
- b) Definição, pela CONTRATANTE, dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações do termo de referência, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c) Definição, pela CONTRATANTE, da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d) Definição, pela CONTRATANTE, do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e) Apresentação, por parte da LICITANTE, da Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- f) Apresentação, por parte da LICITANTE, Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico- profissional;
- g) Apresentação, por parte da LICITANTE, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- h) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em





conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

## **(ii) Requisitos de sustentabilidade**

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

## **(iii) Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados**

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;





## **V – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A estimativa das quantidades foi resultado do estudo de processos anteriores relacionados com a prestação desses serviços, do levantamento e detalhamento das vias que exigem reparos, manutenção, conservação e aplicação asfáltica, somado ao memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultou no orçamento completo das obras a serem executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

## **VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados das vias, nas quais serão realizadas as obras, e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições





adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração.

O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública. O Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE), por exemplo, configura-se como outra tabela de referência de preços usualmente utilizada nesses casos, sendo seu uso permitido também na Lei 14.133/21 no seu artigo 23, parágrafo 2.

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, foram elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação concernente ao processo licitatório. Ademais, o fornecimento dos materiais necessários está incluso nos serviços indicados.

Dessa maneira, a solução está estimada em, aproximadamente, R\$ 348.124,50 (trezentos e quarenta e oito mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), para um período de doze meses, conforme documento em anexo.

## **VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A contratação destina-se à execução de reparos em segmentos de pavimentação e à aplicação de concreto asfáltico em diversas ruas internas do CEASA de Juazeiro-BA.







P R E F E I T U R A  
**JUAZEIRO**  
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

**AMA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL  
DE ABASTECIMENTO

Além disso, deverão ser previstos no termo de referência, os seguintes serviços:

- Serviços preliminares e instalação de canteiro de obra;
- Definição de administração da obra;
- Demolição e retirada com descarte adequado, de acordo as normas vigentes;
- Execução dos serviços de pavimentação asfáltica;
- Execução dos serviços de reparos de pavimentação asfáltica ;
- Sinalização Viária;
- Serviços finais de desmobilização e limpeza.

## **VIII – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Para execução de obras de pavimentação asfáltica não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.





P R E F E I T U R A  
**JUAZEIRO**  
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

**AMA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL  
DE ABASTECIMENTO

Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

## **IX – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Devido ao crescimento demográfico contínuo, com destaque à algumas áreas de expansão, e alto fluxo de tráfego diário, o município aponta a necessidade de execução, conservação e manutenção de vias, a fim de evitar congestionamentos e possíveis acidentes com riscos de danos materiais e humanos.

Ou seja, o crescimento populacional e econômico aumentou significativamente a demanda rodoviária municipal, deste modo, as vias existentes, assim como o estado de conservação atual, já não suprem as contribuições de tráfego que são atribuídas, aumentando o risco de acidentes, e não sendo suficiente para ordenação de tráfego da região.

Nesse sentido, a execução da obra irá assegurar que as intervenções proporcionem uma melhoria na trafegabilidade da região, incentivando o aumento e crescimento dos comerciantes locais, resultando em uma proposta mais eficiente de deslocamento que a existente, reduzindo os acidentes, e melhorando a infraestrutura em regiões que ainda não possui pavimentação asfáltica.

A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação, Termo de Referência. Com isso, a contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de pavimentação, mantendo-se o padrão de qualidade ou superior ao que será definido.





Realizada a produção do termo de referência, elaborada pela Secretaria de Planejamento, próximo passo se consubstancia no planejamento da efetuação de certame para contratação de empresa para execução da obra.

## **X – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação, com vistas na correta execução do contrato:

1. Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);
2. Aprovação do Projeto;
3. Elaboração do Edital de Licitação;

Para o processamento da Concorrência a execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações técnicas, por meio do termo de referência e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- b) Quanto a realização do contrato, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
- d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.





No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei n.º 14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.
- b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.
- c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

## **XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES**

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

## **XII – DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:







- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, a Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela obra CONTRATADA. Desse modo, a CONTRATADA, em observância pela CONTRATANTE, deverá respeitar esses condicionantes, nos casos em que houver necessidade e se relacionarem com as características do objeto.

Na mesma acepção, a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.





Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Presencial caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

### **XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANDO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Trata-se de serviço comum de engenharia, o qual demonstra média complexidade, necessita de conhecimento específico para fazê-lo e cuja ação impacta no alcance do objeto pretendido. As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

Considerando que a execução contratual da AMA é realizada através da execução indireta, para obras e serviços de engenharia, valendo-se da expertise e Know how do mercado.





P R E F E I T U R A  
**JUAZEIRO**  
PRESENTE NO FUTURO DA GENTE

**AMA**  
AUTARQUIA MUNICIPAL  
DE ABASTECIMENTO

Para a execução dos reparos das pavimentações e asfáltica, assim como a aplicação de material asfáltico, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, tendo em vista a necessidade de melhorias, ampliações necessárias para atendimento da demanda exarada.

Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele “Necessidade de seleção de empresa com vistas a reparos em segmentos de pavimentação e aplicação de concreto asfáltico, em diversas às ruas internas do CEASA neste município”, o qual segue as condições e especificações previstas neste ETP, por meio da Concorrência.

Juazeiro, 31 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ROSILENE CASTRO NASCIMENTO  
Data: 11/04/2025 13:14:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Rosilene Castro Nascimento**  
Superintendente Financeira e Administrativa  
AMA- Autarquia Municipal de Abastecimento.  
Matricula: 624/2025

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CELSO CANDIDO ALMEIDA LEAL  
Data: 11/04/2025 12:45:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Celso Cândido Almeida Leal**  
Diretor Presidente da AMA  
Autarquia Municipal de Abastecimento.  
Decreto nº 016/2025 - Matrícula nº 620/2025

